CADERNO DE ENCARGOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

"P064/2020 – Prestação de Serviços para os Trabalhos de Gestão de Combustível no Concelho de Ourém, até 31 de dezembro de 2021"

AJUSTE DIRETO

a) Rubrica

ÍNDICE

CAPÍTULO I –DISPOSIÇÕES GERAIS---------- 3
Cláusula 1.ª – Objeto ---------- 3
Cláusula 2.ª – Contrato ---------- 3
Cláusula 3.ª – Prazo ---------- 3
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ---------- 4
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR ---------- 4
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS ---------- 4
Cláusula 4.ª – Obrigações principais do prestador de serviços ---------- 4
Cláusula 5.ª – Conformidade e operacionalidade dos bens ---------- 4
Cláusula 6.ª – Prestação do serviço objeto do contrato e prazo de execução---------- 4
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM ---------- 4
Cláusula 7.ª – Preço contratual e preço base ---------- 4 e 5
Cláusula 8.ª – Condições de pagamento ---------- 5
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO ---------- 5
Cláusula 9.ª – Penalidades contratuais ---------- 5 e 6
Cláusula 10.ª – Responsabilidade pelos erros e omissões de projeto ---------- 6
Cláusula 11.ª – Força maior ---------- 6 e 7
Cláusula 12.ª – Resolução por parte do contraente público ---------- 7
Cláusula 13.ª – Resolução por parte do prestador ---------- 7 e 8
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO (QUANDO APLICÁVEL) ---------- 8
Cláusula 14.ª – Execução da caução---------- 8
CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS ---------- 8
Cláusula 15.ª – Foro competente---------- 8
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS---------- 8 e 9
Cláusula 16.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual---------- 9
Cláusula 17.ª – Comunicações e notificações---------- 9
Cláusula 18.ª – Legislação aplicável---------- 9
Anexos ---------- 11

a) Rubrica

AJUSTE DIRETO

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª
Objeto

1 — O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **prestação de serviços para os trabalhos de gestão de combustível no Concelho de Ourém, de acordo com as tipologias identificadas** nas Especificações Técnicas (Anexo I) ao Caderno de Encargos, do convite e demais legislações aplicáveis.

2 - Pretende-se que sejam efetuadas 3 tipologias de trabalho com recurso a meios mecânicos, moto-manuais ou combinados, afim de obedecer às seguintes especificações técnicas (Conforme anexos ao Caderno Encargos):

2.1 - Tipologia 1 – Gestão de Combustíveis, numa área até 50 hectares;

2.2 - Tipologia 2 – Corte de Árvores (pinheiro-bravo, eucalipto e outras folhosas não autóctones), com recurso a equipamentos moto-manuais e mecânicos, num total de 50 árvores;

2.3 - Tipologia 3 – Faixa de gestão de combustível em redor da rede viária, numa área até 50 hectares.

Cláusula 2.ª
Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos

a) Rubrica

contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª
Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor **até ao final do presente ano**, ou até se esgotarem as áreas e quantidades definidas para cada tipologia, sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias decorrentes da execução do contrato por parte do adjudicatário.

Capítulo II
Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª
Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas técnicas que se anexam, da celebração do contrato decorrem para o prestador do serviço a obrigação principal de prestar o serviço identificado na sua proposta;

2 – Durante a fase de execução do contrato, constitui obrigação do prestador do serviço a apresentação de relatório de execução do contrato, com informação detalhada da fase em que se encontra o processo, que será aprovado pela entidade adjudicante.

Cláusula 5.ª
Conformidade e operacionalidade dos serviços

1 - O fornecedor obriga-se a prestar os serviços ao Município de Ourém, objeto do caderno de encargos com as características, especificações e requisitos técnicos previstos neste Caderno de Encargos, e demais legislação em vigor.

Cláusula 6.ª
Prestação do serviço objeto do contrato e prazo de execução

1 - A prestação de serviços, a elaborar de acordo com as cláusulas do Caderno de Encargos, deverá acontecer no prazo de 12 meses, ou até se esgotarem as áreas e quantidades definidas para cada tipologia.

a) Rubrica

Secção II
Obrigações do Município de Ourém

Cláusula 7.ª
Preço contratual e preço base

1 - Pela prestação do serviço objeto do contrato, o município de Ourém deve pagar ao prestador do serviço a quantia total que constar da proposta adjudicada a qual não pode exceder a quantia de **(121.000,00 €), cento e vinte e um mil euros**, corresponde ao preço base, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 8.ª
Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo MO nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de (60) sessenta dias, observando o cumprimento às normas estabelecidas no sistema de controlo interno do MO, particularmente, face à especificidade dos mecanismos de verificação da regularidade orçamental, financeira e económica subjacente aos processos de despesa pública e aos ganhos de eficiência e operacionalidade, no estabelecimento de planos de gestão de tesouraria mensais, com períodos de pagamento delimitados temporariamente, as quais serão emitidas mensalmente.

2. Para o efeito dos números anteriores, considera-se vencida a obrigação com a realização dos serviços objeto do contrato.

3. Em caso de discordância por parte do MO, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.

5. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo refletir a fatura, os serviços efetivamente fornecidos no período a que se refere.

Capítulo III
Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 9.ª
Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Ourém pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento

a) Rubrica

da prestação do serviço, que poderá ascender até ao montante do preço base do procedimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o município de Ourém pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor do preço base do procedimento.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador ao abrigo da alínea do n.º 1, desta cláusula, relativamente à prestação de serviços cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o município de Ourém tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — O município de Ourém pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o município de Ourém exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.ª

Responsabilidade pelos erros e omissões de projeto (Quando Aplicável)

1-No caso de surgirem erros ou omissões que decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante o dono de obra, será exercido o direito que lhe assiste de ser indemnizado, conforme preconizado no artigo 378º do no Código dos Contrato Públicos.

Cláusula 11.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador, na parte em que intervenham;

a) Rubrica

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o município de Ourém pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do prestador

1 — Tendo por base os fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador pode resolver o contrato quando:

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 14.ª.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao município de Ourém, que produz efeitos trinta (30) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as

a) Rubrica

obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV
Caução (Quando aplicável)

Cláusula 14.ª

Execução da caução

1 — (Não aplicável) A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do convite, pode ser executada pelo município de Ourém, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 — (Não aplicável) A resolução do contrato pelo município de Ourém não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 — (Não aplicável) A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de dez (10) dias após a notificação do município de Ourém para esse efeito.

4 — (Não aplicável) A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos contratos Públicos.

Capítulo V
Resolução de litígios

Cláusula 15.ª

Foro competente

1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 16.ª

a) Rubrica

Subcontratação e cessão da posição contratual

1- A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Ourém, 21 de abril de 2021

O Presidente da Câmara Municipal

_____

(Luís Miguel Albuquerque)

a) Rubrica

ANEXOS

a) Rubrica

Anexo I

Critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível

I. Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível envolventes aos edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas, aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, aplicam-se os seguintes critérios:
   a. No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
   b. No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
   c. No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;
   d. No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

II. No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, ainda que das espécies previstas na alínea a) do n.º I, deve ser garantida na preservação do arvoredo o disposto no número anterior numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada lado.

III. Nas faixas de gestão de combustíveis envolventes aos edifícios devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:
   a. As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício;
   b. Excecionalmente, no caso de arvoredo de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício;
   c. Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício;

d. Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

IV. No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredo classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredo e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.

V. A aplicação dos critérios estabelecidos nos pontos anteriores pode ser excecionada mediante pedido apresentado pela entidade responsável pela gestão de combustível, quando da aplicação dos mesmos possa resultar um risco significativo e fundamentado para a estabilidade dos solos e taludes de vias rodo ou ferroviárias, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das infraestruturas.

Anexo II

Tipologias das Operações

Tipologia	Nome	Descrição	Previsto
1	Gestão de Combustível	Limpeza da vegetação herbácea e arbustiva, substituindo os proprietários que até á data legal para efetuarem a limpeza, se encontram em incumprimento, com recurso a meios mecânicos, moto-manuais ou combinados.	50 ha
2	Corte de Árvores (pinheiro-bravo, eucalipto e outras folhosas não autóctones), com recurso a equipamentos moto-manuais e mecânicos	Abate, toragem e desramação com recurso a motosserra, carregamento e transporte de toros para o Estaleiro Municipal, sito na Rua Principal, lugar de Pinheiro, freguesia de Nossa Senhora da Piedade e os sobrantes (ramagem) ou para um terreno do município sito no antigo areeiro no Carregal, freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias.	50 uni
3	Faixa de gestão de combustível em redor da rede viária	Criação de uma descontinuidade horizontal e vertical da carga combustível, nunca inferior a 10m, medidos no plano horizontal, a contar a limite da faixa de rodagem, obtida através da remoção total da biomassa vegetal, concretamente os resíduos florestais. Deverá ser aplicado produto nos cepos das árvores abatidas, por forma a impedir o crescimento das mesmas.	50 ha

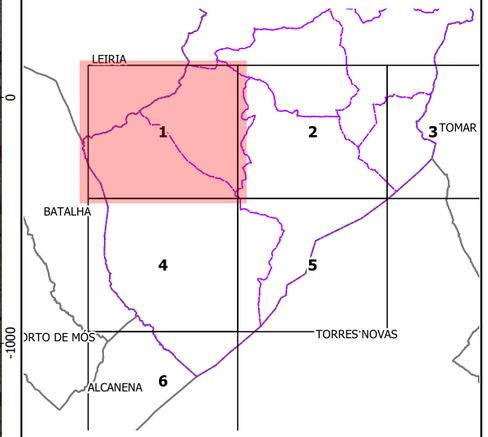
Anexo III

Freguesia		Descrição
Atouguia	1	Escandarão
	2	Rua dos Desportos Motorizados - Pista
	3	CM 1044 - Rua da Várzea - Escandarão
	4	Vale de Leiria
	5	Estrada de Alvega
	6	EM 356 - Estrada de Fátima - Vale da Perra
	7	EM 561 - Estrada de Leiria - Fontainhas
Fátima	8	Alvega
	9	Rua Padre Raimundo dos Anjos Beirão
	10	Avenida João XXIII (norte)
	11	Estrada da Moita do Martinho - Rua da Charneca
	12	Avenida João XXIII (sul)
	13	Moimento
	14	EM 559 - Estrada Nossa Senhora da Ortiga
	15	Estrada do Cabecinho - Eira da Pedra
	16	Estrada da Giesteira
	17	EM 360 - Estrada de Minde
	18	Rua Visconde do Montelo
	19	Rua do Lagar Velho - Estrada do Vale da Lebre
	20	Rua Vitorino da Silva - Ortiga
	21	Estrada Nossa Senhora da Ortiga - Lomba
	22	Estrada da Ramila - Rua do Poço Velho
	23	Estrada da Pedreira - Entre Moitas e Pedreira
	24	Rua do Poço Velho - Amoreira
	25	Estrada de Torres Novas
	26	Rua do Poço Soudo
	27	Estrada Principal - Vale de Cavalos
	28	Estrada de Vale Cavalos
	29	Estrada Nossa Senhora da Ortiga - Ramila
	30	Rua Vale de Cavalos - Rua da Escola
Nossa Senhora das Misericórdias	31	Rua do Açor - Outeiro das Matas
	32	Rua do Casal - Matas
	33	Rua da Escola - Matas
	34	Entre Matas e Bairro
	35	Estrada de Fátima - Bairro
	36	ER 349 - Lagoa do Furadouro

	37	Rua de São Tiago - Caneiro
	38	Rua das Quebradas - Laranjeiras
	39	Rua dos Castelos de Ourém - Rua de Santo Amaro
	40	Rua São Sebastião
	41	Rua Quinta do Feto
	42	Rua Vale Vinte Mouros
	43	Rua dos Namorados
	44	Rua da Cerimónia - Cerimónia
	45	ER 349 - Entre Ourém e Vilar dos Prazeres
	46	Rua Portela do Anjo - Vilar dos Prazeres
	47	Rua D. Dinis - Entre Carregal e Vilar dos Prazeres
	48	Rua Principal - Carregal
Alburitel	49	Estrada de Peras Ruivas - Entre Lagoa do Furadouro e Peras Ruivas
	50	Entre Toucinhos e Lagoa do Furadouro
	51	Toucinhos
	52	Estrada de Fungalvaz - Alburitel
	53	Alburitel

Faixas de Gestão de Combustíveis

Rede Viária Florestal



id	Descrição
1	Escandarão
2	Rua dos Desportos Motorizados - Pista
3	CM 1044 - Rua da Varzea - Escandarão
4	Vale de Leiria
5	Estrada de Alvega
6	EM 356 - Estrada de Fátima - Vale da Perra
7	EM 561 - Estrada de Leiria - Fontainhas
8	Alvega
9	Rua Padre Raimundo dos Anjos Beirão
10	Avenida João XXIII (norte)
11	Estrada da Moita do Martinho - Rua da Charneca
12	Avenida João XXIII (sul)
13	Moimento
14	EM 559 - Estrada Nossa Senhora da Ortiga

Quadrícula

Faixas de Gestão de Combustíveis

Limites Administrativos

Limites de Freguesia

Municípios Vizinhos

0 200 400 600 800 1000 m

SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsoide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

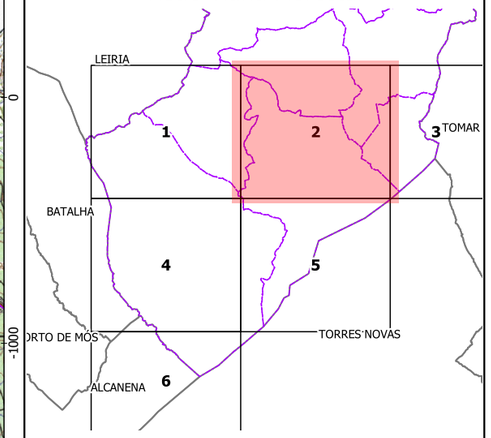
Escala: 1:25 000
Elaboração: janeiro 2021

FONTES:
CAOP 2019 (DGT, 2019)
Folhas da Carta Militar (CIGeoE, 2004)
PMDFCI 2018-2027 (CMO, 2018)

Ourém
CÂMARA MUNICIPAL

Faixas de Gestão de Combustíveis

Rede Viária Florestal



id	Descrição
37	Rua de São Tiago - Caneiro
38	Rua das Quebradas - Laranjeiras
39	Rua dos Castelos de Ourém - Rua de Santo Amaro
40	Rua São Sebastião
41	Rua Quinta do Feto
42	Rua Vale Vinte Mouros
43	Rua dos Namorados
45	ER 349 - Entre Ourém e Vilar dos Prazeres
46	Rua Portela do Anjo - Vilar dos Prazeres
47	Rua D. Dinis - Carregal e Vilar dos Prazeres
48	Rua Principal - Carregal
49	Estrada de Peras Ruivas - Entre Lagoa do Furadouro e Peras Ruivas
50	Entre Toucinhos e Lagoa do Furadouro
51	Toucinhos

Quadrícula

Faixas de Gestão de Combustíveis

Limites Administrativos

Limites de Freguesia

Municípios Vizinhos

0 200 400 600 800 1000 m

SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsoide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

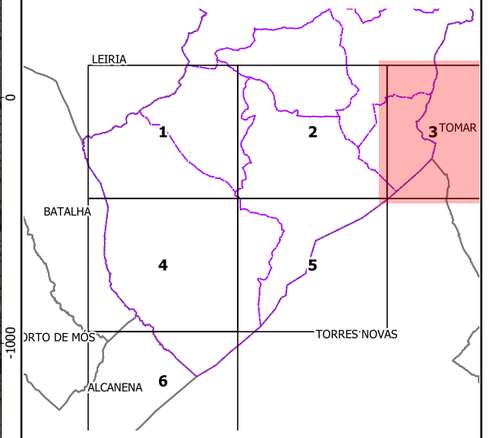
Escala: 1:25 000
Elaboração: janeiro 2021

FONTES:
CAOP 2019 (DGT, 2019)
Folhas da Carta Militar (CIGeoE, 2004)
PMDFCI 2018-2027 (CMO, 2018)

Ourém
CÂMARA MUNICIPAL

Faixas de Gestão de Combustíveis

Rede Viária Florestal



id	Descrição
52	Estrada de Fungalvaz - Alburitel
53	Alburitel

Quadrícula

Faixas de Gestão de Combustíveis

Limites Administrativos

Limites de Freguesia

Municípios Vizinhos

0 200 400 600 800 1000 m

SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsoide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

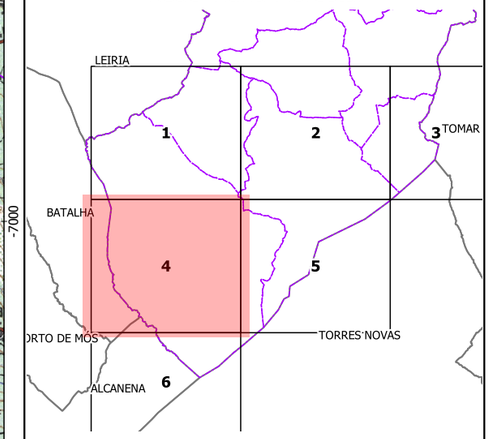
Escala: 1:25 000
Elaboração: janeiro 2021

FONTES:
CAOP 2019 (DGT, 2019)
Folhas da Carta Militar (CIGeoE, 2004)
PMDFCI 2018-2027 (CMO, 2018)

Ourém
CÂMARA MUNICIPAL

Faixas de Gestão de Combustíveis

Rede Viária Florestal



id	Descrição
15	Estrada do Cabecinho - Eira da Pedra
16	Estrada da Giesteira
17	EM 360 - Estrada de Minde
18	Rua Visconde do Montelo
19	Rua do Lagar Velho - Estrada do Vale da Lebre
20	Rua Vitorino da Silva - Ortiga
21	Estrada Nossa Senhora da Ortiga - Lomba
22	Estrada da Ramila - Rua do Poço Velho
23	Estrada da Pedreira - Entre Moitas e Pedreira
24	Rua do Poço Velho - Amoreira
25	Estrada de Torres Novas

Quadrícula

Faixas de Gestão de Combustíveis

Limites Administrativos

Limites de Freguesia

Municípios Vizinhos

0 200 400 600 800 1000 m

SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsoide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

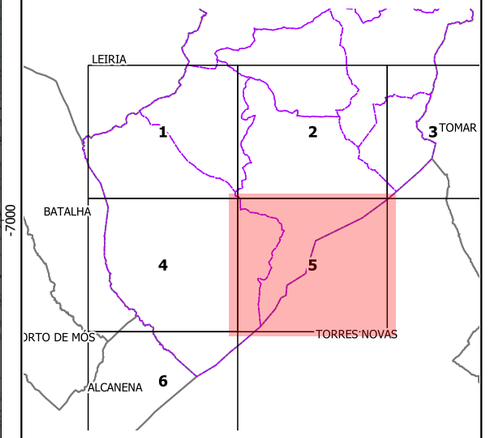
Escala: 1:25 000
Elaboração: janeiro 2021

FONTES:
CAOP 2019 (DGT, 2019)
Folhas da Carta Militar (CIGeoE, 2004)
PMDFCI 2018-2027 (CMO, 2018)

Ourém
CÂMARA MUNICIPAL

Faixas de Gestão de Combustíveis

Rede Viária Florestal



id	Descrição
25	Estrada de Torres Novas
26	Rua do Poço Soudo
27	Estrada Principal - Vale de Cavalos
28	Estrada de Vale Cavalos
29	Estrada Nossa Senhora da Ortiga - Ramila
30	Rua Vale de Cavalos - Rua da Escola
31	Rua do Açor - Outeiro das Matas
32	Rua do Casal - Matas
33	Rua da Escola - Matas
34	Entre Matas e Bairro
35	Estrada de Fátima - Bairro
36	ER 349 - Lagoa do Furadouro

Quadrícula

Faixas de Gestão de Combustíveis

Limites Administrativos

Limites de Freguesia

Municípios Vizinhos

0 200 400 600 800 1000 m

SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsoide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

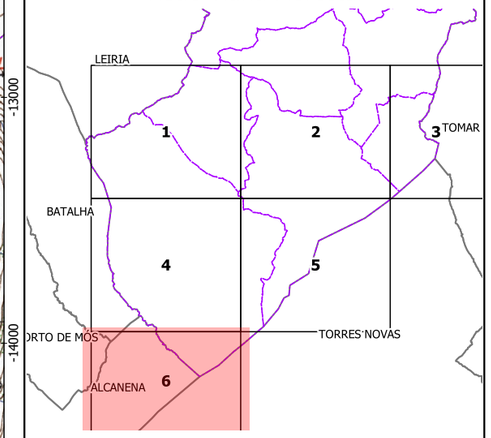
Escala: 1:25 000
Elaboração: janeiro 2021

FONTES:
CAOP 2019 (DGT, 2019)
Folhas da Carta Militar (CIGeoE, 2004)
PMDFCI 2018-2027 (CMO, 2018)

Ourém
CÂMARA MUNICIPAL

Faixas de Gestão de Combustíveis

Rede Viária Florestal



id	Descrição
17	EM 360 - Estrada de Minde

Quadrícula

Faixas de Gestão de Combustíveis

Limites Administrativos

Limites de Freguesia

Municípios Vizinhos

0 200 400 600 800 1000 m

SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsoide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

Escala: 1:25 000
Elaboração: janeiro 2021

FONTES:
CAOP 2019 (DGT, 2019)
Folhas da Carta Militar (CIGeoE, 2004)
PMDFCI 2018-2027 (CMO, 2018)

Ourém
CÂMARA MUNICIPAL

LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO ALBUQUERQUE

Digitally signed by LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO ALBUQUERQUE
Date: 2021.04.26 20:53:37 +01:00